



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2479

PROCESSO IMPACTO

Nº 113/2014

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença Ambiental de Instalação, com base no Parecer Técnico nº 051/17/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 2449, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CNPJ: 437.76.517/0001-80

LOGRADOURO: RUA COSTA CARVALHO, 300

BAIRRO: PINHEIROS

MUNICÍPIO: SÃO PAULO - SP

CEP: 05429-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: INTERLIGAÇÃO ENTRE AS REPRESAS DO JAGUARI (PARAÍBA DO SUL) E ATIBAINHA (BACIAS DO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - PCJ)

LOGRADOURO: ESTRADA DO FUNIL, S/N

MUNICÍPIOS: IGARATÁ, NAZARÉ PAULISTA E SANTA ISABEL

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: Obras da Prioridade 4 do empreendimento, localizadas no município de Igaratá, compreendendo a implantação de adutora de 2200 mm de diâmetro em aço soldado ASTM A 1018 e respectivas ventosas e descargas, num trecho de 1905m entre as estacas 307 + 0,413 à estaca 401, entre a Rodovia Dom Pedro I (SP-065) e encontro com o túnel adutor (obra da Prioridade 1).

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 (UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 05 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data: 31/01/2017

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 01/04

PROCESSO IMPACTO

Nº 113/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N° 2479

Para continuidade do licenciamento, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

1. Durante a implantação do empreendimento

- 1.1. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Plano Básico Ambiental e respectivos Programas (de Gestão Ambiental; de Otimização do Traçado do Projeto; de Controle Ambiental da Construção – PCA; de Interação Institucional; de Obtenção e Liberação de Áreas; de Relocação de População e Atividades Afetadas; de Interação e Comunicação Social; de Proteção do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural; de Recuperação Funcional e Paisagística; de Manejo e Reposição Florestal; de Estudos e Proteção da Fauna Silvestre; de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água; de Compensação Ambiental; de Apoio aos Municípios; de Educação Ambiental e de Monitoramento Ambiental) e Subprogramas, comprovando, por meio de relato e registros fotográficos datados, a implementação das medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentadas informações sobre o avanço das obras, as atividades desenvolvidas no período, avaliação de desempenho dos programas, os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável.
- 1.2. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Gerenciamento de Resíduos do PCA: as medidas adotadas, quantitativos por tipo de resíduo, origem, formas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e comprovação de destinação/lançamento/reutilização final ambientalmente adequados. Informar, ainda, o atendimento das Recomendações de Ações Corretivas (RACs) realizado até o período.
- 1.3. Incluir, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Controle de Erosão, Assoreamento e Estabilidade de Talude: as técnicas construtivas especiais e as medidas mitigadoras específicas adotadas nos acessos em meia encosta e áreas de corte e aterro; o diagnóstico prévio detalhado das feições superficiais existentes nas áreas geotecnicaamente frágeis; as formas de acompanhamento e registro; os resultados do monitoramento de processos de dinâmica superficial, especialmente nos trechos de maior fragilidade do solo, com descrição e mapeamento das feições eventualmente identificadas e as eventuais medidas de controle e corretivas adotadas.
- 1.4. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Gestão Ambiental das Áreas de Apoio às Obras: os quantitativos de material excedente depositado no bota-espera de cada canteiro e de materiais encaminhados para destinação final por período, relato de eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas.
- 1.5. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra: número de trabalhadores contratados e dispensados no período; porcentagem de mão de obra local e proveniente de outras regiões; informações sobre acomodação dos trabalhadores de outras regiões.
- 1.6. Comprovar nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Controle de Tráfego, por meio de relato e registro fotográfico, a sinalização: das frentes de obra, das vias de tráfego, de áreas de risco, de áreas protegidas e de pontos propícios à travessia de animais silvestres.
- 1.7. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Controle da Supressão de Vegetação: informações sobre o avanço das atividades de supressão, a quantificação do volume de material lenhoso gerado e respectivos comprovantes de destinação. Caso seja necessária a movimentação do material lenhoso para limites que excedam a propriedade de origem, obter o Documento de Origem Florestal – DOF junto a CETESB, previamente ao transporte.
- 1.8. Incluir, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Reposição Florestal, o relato e registro fotográfico comprovando o início do plantio nas áreas localizadas às margens do Reservatório Cachoeira, no âmbito do Programa Nascentes do Estado de São Paulo, em atendimento parcial ao TCRA nº 3771/16.
- 1.9. Incluir, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Interfaces Institucionais, comprovação das tratativas junto à Prefeitura de Igaratá quanto à disponibilização de áreas próximas ao Ribeirão dos Charcos para a realização de plantios compensatórios.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 02/04

PROCESSO IMPACTO

Nº 113/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N° 2479

- 1.10. Apresentar, no prazo de 2 (dois) meses da emissão da LI, projeto de plantio compensatório para aprovação, incluindo: plantas georreferenciadas, metodologia detalhada para cada área de plantio, número de mudas previsto para cada área a recuperar, cronograma de atividades e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável.
- 1.11. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Resgate e Reintrodução de Germoplasma, no mínimo: relato das atividades e localização georreferenciada dos locais de resgate e transplante, localização dos viveiros receptores do material resgatado e dos bota-espina de serapilheira, cartas de aceite ou convênios de instituições que eventualmente recebam o material resgatado, registros fotográficos e dados e avaliação do monitoramento das parcelas das epífitas e hemiepífitas transplantadas.
- 1.12. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Resgate e Salvamento da Fauna Silvestre: o relato e registro fotográfico das atividades de afugentamento por sonorização e identificação e descaracterização de ninhos e tocas, previamente às atividades de supressão de vegetação para as obras da Prioridade 4.
- 1.13. Incluir, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Conservação da Fauna Silvestre: a localização georreferenciada e registro fotográfico da sinalização e anteparos implantados nos pontos de travessia de fauna, com vistas à redução de eventuais acidentes; bem como a adequação de dispositivos de drenagem para a passagem de fauna ao longo do traçado da adutora; e comprovação de treinamento ambiental dos trabalhadores sobre a salvaguarda e conservação da fauna silvestre.
- 1.14. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Apoio às UCs, a atualização da situação de atendimento à Autorização nº 19/2015-CR-8 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e à Autorização s/nº, de 28/07/15 da Fundação Florestal.
- 1.15. Incluir, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Travessias de Cursos d'Água: inspeções diárias nos trechos de travessias e próximos a corpos d'água; localização georreferenciada de cada travessia, relato e registro fotográfico da instalação de dispositivos de retenção de sedimento nos trechos marginais de viários utilizados pelas obras, em que existirem pisciculturas; bem como a comprovação do cadastramento das travessias subterrâneas e obtenção de eventuais outorgas para travessias aéreas junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, previamente à instalação da adutora e abertura de acessos.
- 1.16. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água: análise crítica dos resultados, considerando as recomendações expressas no Parecer Técnico nº 002/17/EQA/ELHC/ELHE; informações sobre as atividades realizadas no período, avaliação de eventuais alterações decorrentes das obras e dos usos e ocupação do solo e águas da bacia de contribuição; eventuais não-conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas adotadas. Os resultados das campanhas deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível).
- 1.17. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Interação e Comunicação Social: a comprovação da divulgação e a manutenção de um canal de comunicação permanente com a população; prévia comunicação sobre as alterações ao tráfego e sistema viário, e avanço da obra; registros de reclamações e formas de atendimento etc.
- 1.18. Apresentar, antes das intervenções nas propriedades com negociação em andamento para instituição de faixa de servidão ou de utilização temporária, os acordos amigáveis firmados com os proprietários ou imissões na posse.
- 1.19. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias da emissão da LI da Prioridade 4, deverá ser apresentado o Estudo de Previsão de Níveis de Ruído para as estruturas de operação do empreendimento, abrangendo edificações no entorno da represa Jaguari e circunvizinhança da represa Atibainha, considerando a topografia das áreas habitadas e o emprego de metodologia científica, utilizando-se a modelagem matemática como ferramenta de previsão. Caso os resultados não atendam aos padrões da NBR 10.151, deverão ser apresentadas medidas mitigadoras de abatimento compatíveis (Exigência 1.27 da LP modificada).

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 03/04

PROCESSO IMPACTO

Nº 113/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2479

- 1.20. Incluir nos relatórios quadrimestrais do Subprograma de Controle de Poluição e Minimização de Incômodos a Ocupações Lindeiras do PCA, os resultados dos monitoramentos dos níveis de ruído, vibração e pressão acústica nos potenciais receptores e medidas mitigadoras adotadas.
- 1.21. Apresentar, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento de Impactos a Edificações Lindeiras à Obra, o cadastro final dos imóveis lindeiros às obras e respectivos acessos, bem como as medidas corretivas e/ou indenizatórias adotadas quanto ao(s) imóvel (is) afetado (s) pelas obras.
- 1.22. Obter, previamente à intervenção nos trechos com infraestruturas a serem afetadas pela obra, as autorizações das respectivas concessionárias e/ou órgãos responsáveis, e apresentar tais documentos nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Compatibilização Técnica de Interferências.
- 1.23. Comprovar, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Interfaces Institucionais, as tratativas junto às Prefeituras Municipais de Igaratá, Nazaré Paulista e Santa Isabel; Comitês de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul (CBH-PS) e Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ) e órgãos gestores de Unidades de Conservação (FF e ICMBio). Informar, ainda, o andamento das negociações realizadas para mitigar os conflitos de usos múltiplos do reservatório Jaguari.
- 1.24. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Interfaces Institucionais: a atualização do andamento das negociações realizadas para mitigar os conflitos de usos múltiplos do reservatório Jaguari, informando, inclusive, possíveis alterações de cronogramas e responsabilidades; e o avanço das tratativas com os Comitês de Bacia Hidrográfica, relativas às manifestações emitidas na fase de licenciamento prévio.
- 1.25. Incluir, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Apoio aos Municípios, o avanço das tratativas relativas às manifestações emitidas na fase de licenciamento prévio.
- 1.26. Incluir, no próximo relatório quadrimestral de acompanhamento do Subprograma de Tráfego das Obras: a aprovação do Plano de Tráfego pelas respectivas Prefeituras Municipais; eventuais alterações de tráfego realizadas e previstas em cada município durante as obras, os horários e locais de entrada e saída nas áreas de apoio (canteiros, frentes de obra, bota-fora), o número de viagens/dia, sinalização e redutores de velocidade, e as ações de mitigação dos impactos gerados pela interferência no tráfego.
- 2. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação**
 - 2.1. Apresentar relatório final conclusivo do Plano Básico Ambiental e respectivos Programas (de Gestão Ambiental; de Otimização do Traçado do Projeto; de Controle Ambiental da Construção – PCA; de Interação Institucional; de Obtenção e Liberação de Áreas; de Relocação de População e Atividades Afetadas; de Interação e Comunicação Social; de Proteção do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural; de Recuperação Funcional e Paisagística; de Manejo e Reposição Florestal; de Estudos e Proteção da Fauna Silvestre; de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água; de Compensação Ambiental; de Apoio aos Municípios; de Educação Ambiental; e, de Monitoramento Ambiental) e Subprogramas, incluindo o balanço das atividades desenvolvidas, as medidas ambientais adotadas ao longo da obra e no encerramento das obras e a análise da efetividade dos Programas e propostas de continuidade para a próxima fase.
 - 2.2. Comprovar, no relatório final do Programa de Controle Ambiental da Construção – PCA e respectivos Subprogramas (de Gestão Ambiental das Áreas de Apoio às Obras; de Controle da Supressão de Vegetação; de Travessias de Cursos d'Água; de Gerenciamento de Resíduos; de Controle de Poluição em Áreas de Apoio e Frentes de Trabalho; de Controle Ambiental da Execução do Túnel; de Minimização de Incômodos a Ocupações Lindeiras; de Tráfego das Obras; de Monitoramento de Impactos a Edificações Lindeiras; de Gerenciamento de Obras em Áreas Contaminadas; de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra; de Gerenciamento de Riscos na Construção e Plano de Ação em Emergências; de Treinamento Ambiental e Código de Conduta dos Colaboradores; e de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional na Construção), por meio de relatório e registro fotográfico, a recuperação/recomposição das áreas afetadas pelas obras, especialmente das áreas de apoio (áreas de empréstimo, bota-fora, acessos definitivos e temporários e canteiros de obras); o balanço das atividades desenvolvidas e avaliação da efetividade das ações e medidas implementadas.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

